



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1874/03	DATA: 05/11/03
INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 16h49min	DURAÇÃO: 01h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h49min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WENDEL BENEVIDES MATOS - Agente da Polícia Rodoviária Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos. Gostaria de convidar à Mesa o Deputado Leonardo Picciani. Como ele não está presente, convido o Deputado Júlio Semeghini para atuar, até que ele chegue, como Relator *ad hoc*. Nós convocamos a audiência pública aqui e vamos votar alguns requerimentos no final da audiência. Nós vamos ouvir um inspetor. Estava querendo lembrar o nome. Não era agente, não era delegado. Nós vamos ouvir o Inspetor Wendel Benevides de Matos. Gostaria de convidar o Inspetor Wendel Benevides... Sílvio, eu gostaria de convidar o Inspetor Wendel Benevides Matos para a Mesa. Por favor, Wendel. Por que é importante o depoimento do Inspetor Wendel Benevides Matos? Porque foi baseado num depoimento dele, num informe dele para a Procuradoria que um dos juízes foi indiciado em São Paulo. O Wendel, segundo se informa, depois desse relatório que ele fez para o Ministério Público, foi ameaçado pelo Juiz Ali Mazum...

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Mazloun.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Ali Mazloun. Então, esse depoimento para nós é muito importante, porque aquelas prisões em São Paulo, daquela suposta quadrilha formada por juízes, advogados e policiais federais... Essa suposta quadrilha dá cobertura ao crime organizado, e o objetivo desta CPI é a investigação do crime organizado, no que diz respeito à pirataria, no que diz respeito à evasão fiscal e ao contrabando. Então, o seu depoimento é da maior importância para que a gente dê prosseguimento a essa investigação. Nós ouvimos um delegado da Polícia Federal de São Paulo; nós vamos ouvi-lo; e amanhã vamos ouvir a Sra. Norma, ex-mulher de um dos juízes. Tudo isso para que a gente chegue a quadrilhas que praticam o crime organizado, quadrilhas que praticam o contrabando, quadrilhas que praticam a pirataria. Então, o seu depoimento é muito importante. Eu queria pedir a compreensão da imprensa. É o seguinte: o Wendel disse que não gostaria de fazer esse depoimento aqui aberto para a televisão. Ele pede que a televisão faça as tomadas. A televisão vai fazer a tomada do juramento dele. Em seguida, eu pediria que as televisões fossem desligadas, mas os repórteres podem ficar aqui ouvindo. É isso? Os repórteres podem ficar aqui à vontade, mas ele não gostaria de polemizar com juízes, com outras pessoas pelo ar.



Essa, talvez, seria a razão. Então, ele vai tomar o juramento e depois as televisões serão desligadas, está certo? O seu nome é Wendel Benevides Matos?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Wendel Benevides Matos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Hã?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Wendel Benevides Matos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Wendel Benevides Matos? O senhor é inspetor da Polícia Rodoviária Federal?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade, Deputado, eu sou policial rodoviário federal. A função de inspetor é em vista de uma função de chefia. Mas o cargo é policial rodoviário federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O senhor é policial rodoviário federal. Qual a função que o senhor exerce atualmente?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Atualmente... Eu acabei de ser removido para a nossa 12ª Superintendência, no Espírito Santo, e estou indicado... já estou de fato trabalhando como corregedor da 12ª Superintendência, no Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito bem. Então, eu pediria que o senhor fizesse aqui o compromisso comigo. O senhor repete: faço, sob palavra de honra...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Faço, sob palavra de honra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - ...a promessa de dizer a verdade...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - ...a promessa de dizer a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - ... do que souber...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - ...do que souber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - ...e me for perguntado.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - ...e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito obrigado. O seu compromisso é o compromisso de dizer absolutamente só a verdade, sob pena de o senhor poder ser prejudicado por falso testemunho. Só a verdade? (*Pausa.*) Muito bem. Então, o senhor tem alguns minutos. A previsão é que a gente faça isso aqui tudo em torno de 1 hora, porque às 5 horas da tarde nós temos um encontro no



Superior Tribunal de Justiça, onde esta Comissão vai fazer uma reivindicação e pedir afastamento dos juizes de São Paulo. Então, vamos fazer da seguinte maneira: o senhor tem... Em quanto tempo o senhor queria fazer o seu relato?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não tenho idéia, na verdade. De quanto tempo será?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O senhor fique à vontade, fale à vontade o tempo que quiser, e depois os Deputados se inscrevem. Tudo bem? Então, o que eu pedi foi isso, esse compromisso com a televisão, que a partir de agora a televisão desligasse... Por favor, Wendel, a palavra é sua, e eu peço o desligamento das televisões. O senhor está com a palavra. As televisões estão desligadas. Muito obrigado pela compreensão que a imprensa teve. Seja bem-vindo, Deputado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não, aí não tem problema, é aberto. Aí não tem problema. Os repórteres podem ficar à vontade. Por favor, Wendel. Obrigado. A palavra é sua.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Bem, primeiramente, boa-tarde. Boa-tarde, Deputado, boa-tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente. Para que os senhores possam se situar no que realmente aconteceu e como se desenrolaram os fatos, é bom que se diga que eu participei como membro de uma equipe de trabalho de policiais rodoviários federais que estavam à disposição do Ministério Público Federal. Na verdade, mais precisamente do Procurador da República, Dr. Guilherme Zanina Schelb. Nós fomos colocados à disposição do Ministério Público Federal, num requerimento do Procurador ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça. O Procurador pediu e o Ministro deferiu que 17 policiais rodoviários federais prestassem um serviço ao Procurador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Dezesete?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Dezesete policiais rodoviários federais. Esse serviço, na verdade, era o apoio à investigação do Procurador à quadrilha — na época, era o início de investigação —, da organização criminosa do Roberto Eleuério da Silva, o Lobão. Ele foi preso e já foi ouvido inclusive pela CPI. Nós fazíamos um papel de apoio mesmo à Procuradoria, não é? A investigação era



do Procurador. Inclusive, foi oficiado o juiz, no caso, 10ª Vara Federal de Brasília, dizendo que a Procuradoria queria conduzir a investigação e que queria o apoio especial, extraordinário da Polícia Rodoviária Federal para o caso específico. O juiz deferiu que o Ministério Público iniciasse a investigação e a quebra de alguns sigilos telefônicos e deferiu que a Polícia Rodoviária Federal desse esse apoio especial. Na verdade a equipe de trabalho cumpria as determinações do Ministério Público. A investigação era do próprio Ministério Público. A equipe de trabalho colhia as provas determinadas pelo Ministério Público. Então, saiu um ofício da operadora, do juiz para uma operadora de telefonia, por exemplo, para a quebra de algum sigilo telefônico. Certamente que não era o próprio Procurador que iria na telefônica, que iria baixar as conversas disponibilizadas. Então, quem fazia esse serviço éramos nós. E também buscávamos as provas. Tem que fazer um campo. Em linguagem policial, tem que ir no trabalho de inteligência, e esse trabalho era feito por essa equipe, sob determinação do Ministério Público Federal. Esse trabalho era conduzido por um policial, que se aposentou em meados de julho — na época, era o Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal o Inspetor Reinaldo Szydloski.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Reinaldo?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Reinaldo Szydloski. Eu não sei como se soletra, infelizmente. E esse policial era o coordenador da equipe da Polícia Rodoviária Federal. Com a aposentadoria desse policial, 17 de julho, algo assim, o Procurador me incumbiu de tomar a frente da liderança da equipe de trabalho. A partir desse dia, a partir do dia 17 de julho, eu passei a liderar a equipe. Essa liderança foi determinada pelo próprio Procurador e oficiada ao Ministro da Justiça; um documento que o Procurador remeteu. Na verdade, venceu o prazo e o Procurador pediu mais prazo e disse que estava sendo indicado o novo coordenador, haja vista a aposentadoria do antigo coordenador. Então, essa é a nossa situação, no contexto de tudo isso. Por volta do mês de fevereiro, fazíamos a investigação de duas organizações criminosas. Era uma do Roberto Eleutério da Silva e...

(Não identificado) - De quem?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Eleutério da Silva, o Lobão.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Lobão.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - O Lobão. E de uma segunda organização criminosa; suposta organização criminosa, na verdade, liderada por Ari Natalino, um conhecido empresário do ramo de combustíveis.

(Intervenção inaudível.)

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - *(Risos.)* E nós também investigávamos essa possível organização criminosa. Durante o trabalho de investigação, na verdade, durante as escutas telefônicas de Ari Natalino e do seu advogado, na época, Dr. Wellengton — não me recordo agora o nome completo dele, era o advogado do Ari Natalino — nós identificamos um personagem que, na época, não sabíamos a função dele, mas era um policial federal chamado César Herman. Na época, inclusive o relatório do coordenador do grupo, naquela época, dizia que era um delegado de polícia, porque ele tinha muito trâmite junto ao Judiciário, junto aos órgãos. Nós achávamos que ele era um delegado, o César Herman. Identificamos essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - César Herman com Ari Natalino?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Com Ari Natalino. Na verdade, a ligação de César Herman com Ari Natalino era uma possibilidade que era mostrada ali, naquele momento; do César Herman favorecer o Ari Natalino, promovendo um contato entre ele, o Delegado Alexandre Crenite e uma pessoa influente que seria decisiva para o Ari Natalino — o processo que o Ari Natalino respondia na época. O César Herman, o Wellengton e o Ari conversavam sobre uma possível reunião que aconteceria, em meados de abril, se não me engano. Eu não tenho os autos, eu não tenho mais acesso aos autos. Então, eu não tenho assim as datas bem definidas, os autos do processo. Mas em meados de abril haveria uma reunião. César, Wellengton e Crenite falavam de uma reunião no Hotel Hilton, onde estaria o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Wellengton, perdão, é o advogado, não é?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - É o advogado, Dr. Wellengton.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Advogado do Ari Natalino?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Do Ari Natalino. No Hotel Hilton, em São Paulo. Eles falavam que estaria presente na reunião um MM.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - MM?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - MM. Suponho que seria então um magistrado, um MM. Ele falava em MM. Que participaria da reunião esse MM, que estaria lá o turco. Estaria lá. E se Ari e Wellengton teriam cacife para bancar o que seria proposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Se teria o quê?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Se eles teriam cacife. Têm cacife para bancar o que vai ser proposto? Esse é o dado que nós tínhamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Fale mais perto do microfone.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Esse é o dado que nós tínhamos. Nós não sabíamos quem era esse MM, quem era esse... É turco ou árabe. Árabe, exatamente, desculpe. Eles nem gostam que confundam turco e árabe. Mas que haveria esse encontro. Nós não sabíamos quem era. Aliás, não sabemos quem participaria desse encontro, quem seria esse MM, quem seria esse árabe. Nós acompanhávamos as ligações por decisão judicial, evidentemente. Todas elas eram deferidas pelo juiz da 10ª Vara, evidentemente. Em determinado momento, justamente em meados... no começo de abril, cessaram as escutas. Nós tivemos um problema na renovação da decisão judicial. Na verdade, foi um problema administrativo. Vai pedido, vem pedido, e entre vai e vem, a data, nós perdemos um prazo muito grande. Nós estávamos envolvidos num trabalho de investigação de inteligência de campo — a equipe era pequena — e perdemos um período, que é do começo de abril até o final de maio. Então, abril e maio foi quase que perdido. Foi justamente na época em que haveria essa tal reunião entre o árabe, Ari, Wellengton e César.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Perdoe-me, em que sentido perdeu... perdeu...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, nós não tínhamos as autorizações. Nós não podíamos mais ouvir e saber se de fato houve a reunião, quem era.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Venceu o período.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, venceu o período, e nós não conseguimos renovar, por problema administrativo, no trâmite dos pedidos e... nós



não conseguimos ouvir. Não sabíamos... Na verdade, não sabemos se houve ou se não houve, se essa reunião existiu ou não, se era um blefe ou não era. O fato é que isso ocorreu. Essa história também é para os senhores se situarem na questão, de fato, que me traz aqui, que é a questão com o Dr. Ali Mazloun. No dia 22 de setembro de 2003, o doutor.... eu recebi uma ligação no meu celular. A pessoa se identificou como um juiz federal, Ali Mazloun, e me disse que... Foi no dia 22 de setembro de 2003. O Juiz Federal Ali Mazloun, da 7ª Vara Federal, me disse que havia conseguido o meu telefone celular com a Dra. Karen, uma Procuradora da República. Na verdade, ela é Procuradora da República da 7ª Vara, do Juiz Mazloun. Ela é ligada a essa 7ª Vara por dever lá do escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Mazloun, da 7ª Vara?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Da 7ª Vara Federal Criminal. Na verdade, a Dra. Karen tinha meu telefone, e ele poderia realmente. Não sei se ele conseguiu com ela, mas ele poderia ter conseguido com ela, porque o Dr. Guilherme Schelb nos pediu... depois de terminada a operação, com o Lobão preso e tudo direitinho, entregue à Polícia Federal e tal, o Dr. Guilherme nos pediu que desse apoio ao Ministério Público de São Paulo para repassar esse material e um apoio administrativo aos Procuradores. Então, nós tínhamos um contato com a Dra. Karen e tínhamos... trocamos celulares e tal. Ele conseguiu o telefone da Dra. Karen e pediu que eu fosse na 7ª Vara para conversar com ele sobre o caso Ari, Alexandre. Pediu que nós nos encontrássemos. Nós marcamos para o dia seguinte, no dia 23, às 11 horas da manhã, no gabinete dele, na 7ª Vara, Praça da República, Justiça Federal. Chegamos lá às 11 horas da manhã. Eu fui e levei um colega da equipe do trabalho, o policial Antônio Marcos Prado. Fomos nós 2. O Juiz nos recebeu na porta, nos pediu para que adentrássemos o gabinete, e lá ele passou a falar sobre a investigação. *“Olha, a investigação... eu sou o juiz do caso do Ari Natalino, aqui em São Paulo. Eu já estou há um tempo neste caso. Eu estou indignado, porque recebi as informações pela imprensa. Eu estou sabendo desse caso do Ari, do combustível, do Alexandre Crenite, pela imprensa. Eu recebi e mandei prender o Alexandre Crenite com base em algumas conversas separadas pelo Ministério Público para o caso. E o resto eu sei pela imprensa. Isso não pode. Eu sou juiz do caso, eu tenho que ter acesso a todo o processo. Eu só posso decidir se eu tiver acesso a todas as*



gravações do processo". Eu concordei com ele, assim: "Se o senhor acha que é assim que deve ser, então, porque o senhor sabe mais do que eu, não é? Então, o senhor tem que receber as investigações que o senhor acha que deve receber". "Eu tenho que receber as gravações." Veja bem, o todo ao que juiz se referia é porque ele recebeu uma parte das gravações referentes exclusivamente à prisão do Delegado Federal Alexandre Crenite. Ele queria todas as conversas, todas as gravações envolvendo toda a possível quadrilha, organização criminosa de Ari Natalino. Ele queria tudo, para que ele decidisse melhor, para que ele decidisse, inclusive, a renovação da prisão temporária do Alexandre Crenite, que foi solto uns dias antes. "Eu quero tudo. Eu quero todas as gravações." Ele era enfático e firme. Não chegava a ser mal-educado não. Ele, de vez em quando, até falava: "Eu sei que vocês não têm culpa disso que está acontecendo, eu sei que vocês não têm culpa, mas eu quero tudo, eu quero todas as gravações, eu quero todos os CDs." E eu retrucava para ele: "Sim, doutor, mas os CDs estão com o juiz da 10ª Vara, em Brasília". "Eu estou sabendo, eu soube. Na verdade, eu soube que o Dr. Guilherme Schelb deve pedir ao juiz da 10ª Vara que encaminhe esse material para o senhor, e que encaminhe por intermédio do Ministério Público para salvaguardar as gravações, para não ir por malote e tal, para que venha aqui, entregue para o senhor e tal. Eu não quero intermediários, eu não aceito intermediários, tampouco o Ministério Público como intermediário. O Ministério Público não tem nada a ver com isso. O meu negócio é de juiz para juiz." Aí eu disse: "Sim, doutor, mas eu não sou juiz. O senhor, com a gente, precisa do quê?" "Não, eu quero dizer que eu preciso de todas as gravações. Eu preciso de tudo. Eu quero tudo, eu quero tudo na minha mão. É de juiz para juiz. Eu não quero nada com o Ministério Público. Eu não quero intermediários. Eu quero as gravações". Ótimo. Ele abriu o processo. Ele tinha parte do processo com ele lá. Abriu o processo e abriu num relatório. Nós fazemos, ou fazíamos, no caso, relatórios das conversas que nós entendíamos como importantes para o caso. Então, o interceptado fala do começo da manhã à noite. Ele fala de tudo com o filho, com a mãe, com o empregado, pede comida. E nós, evidentemente, não relatamos tudo isso e não passamos o caso para o Procurador. Nós passávamos para o Procurador tudo isso. Nós separávamos, no decorrer do dia dele, o que era de fato importante para a investigação. "Olha, ele fez um contato



com fulano e com ciclano.” Passávamos o CD completo para o Procurador. O CD era completo, mas os relatórios eram só do que interessava. Ele abriu um desses relatórios e falou: “Olha só como esse processo está defeituoso. Eu tenho um relatório aqui de um dia com parte das conversas. Eu tenho um segundo relatório aqui — abriu o processo — do mesmo dia, com... do mesmo fato, com conteúdo muito maior. Isso aqui está errado. Esse processo tem defeito”. “Não, doutor, o senhor não está entendendo. Esse relatório pequeno... se o senhor vir anterior, páginas antes, o senhor vai ver que esse relatório pequeno foi só para fundamentar um pedido, uma decisão, e que o relatório, de fato, é esse relatório que acompanha o processo. Mas está tudo aí.” “Eu quero tudo. Quem tem que dizer o que importa e o que não importa para a investigação sou eu, que sou o magistrado. Vocês não têm que fazer relatório disso ou daquilo. Quem tem que ouvir tudo sou eu.” “Mas, doutor, são milhões de conversas, são horas e horas, centenas de horas de gravações.” “Não importa. Eu tenho que ter tudo, porque eu quero ouvir tudo, e o juiz sou eu. Eu quero todas as gravações feitas com a concorrência das operadoras de telefonia e as que foram feitas sem concorrência das operadoras de telefonia.” “Mas, doutor, que conversas são essas sem a concorrência das operadoras de telefonia?” “Eu não sei”, ele dizia. Também não sei o que ele quis dizer com isso, porque eu só conheço as feitas com concorrência de operadoras de telefonia. Ele disse que havia oficiado o juiz da 10ª Vara, pedindo, requerendo, requisitando na verdade as gravações. Ele já havia feito isso. Ele disse também que havia suscitado um conflito de competência positivo para que o STJ se manifestasse dizendo que ele era o juiz daquele caso. Ele disse que daria um banho de civilidade àquelas pessoas que trabalharam no processo, que ele não admitia ser o último a saber daquele processo. Ele perguntou, naquele dia, se nós havíamos grampeado, qual foi a nossa linha de ação, por que, naquele processo, não havia uma linha de ação para investigar o César Herman e a quadrilha do César Herman. A quadrilha, não. Na verdade, por que não abrimos para investigar o César Herman, se nós tínhamos um componente dele ali. “Doutor, não fomos investigar o César Herman porque nossa equipe era pequena, eram 15 policiais, e nós estávamos centrados em duas grandes organizações, esbarramos com casos muito profundos. Temos investigação da Polícia Civil de São Paulo, da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro. Nós não tínhamos mais flancos para



abrir, não tínhamos mais possibilidade de abrir.” Mas ele não acreditou. Ele disse: “Não? Como não? Por que vocês deixaram isso de lado?” Ele abriu um dos relatórios em que estava o caso do César Herman e falou: “Olha, isso aqui vocês tinham que ter investigado. Vocês não investigaram?” “Não, não investigamos.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Perfeito.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Se não me engano, acabou essa reunião desse jeito. No dia seguinte, no dia 24, na parte da tarde, recebi uma segunda ligação do magistrado do Ali Mazloum novamente. É o doutor... Desculpe, naquele mesmo dia saímos do fórum, fomos à Procuradoria da República, fomos à Dra. Karen expor a ela que o magistrado precisava de tudo, que ele queria toda a gravação, que ele não queria intermediário, que nós tínhamos que providenciar, então, a entrega, se era esse o caso. A Dra. Karen estava indignada. Ela havia apresentado uma denúncia já contra o Ali Mazloum e contra o Dr. Alexandre Crenite, o delegado federal. O juiz não recebia a denúncia. Dizia que só recebia a denúncia quando tivesse todo o conteúdo das gravações. Ela estava indignada e disse que ia impetrar um mandado de segurança para forçar o juiz a decidir se ele iria ou não receber a denúncia, que ele não poderia ficar com aquela denúncia parada, sem decisão. Disse que nós a ajudássemos, conversando com o Procurador da República em Brasília, Dr. Guilherme Schelb, e com o juiz federal para providenciar logo isso, para que o processo corresse, para que a denúncia fosse aceita ou não e para que ela tomasse as providências dela. Saímos da sala da Dra. Karen e fomos à sala do Dr. Sílvio Luís Martins de Oliveira, Procurador da República de São Paulo. Na verdade, o Dr. Sílvio Luís era o Procurador do caso do Lobão, em São Paulo. Tínhamos bastante confiança nele, porque ele conduziu o caso. E nós sentimos, naquele momento, que havia alguma coisa errada. Por que nos chamar? Por que não falar com o Procurador? Por que não falar com o juiz? Por que não falar com a Procuradora Karen e vir impressionar logo nós? Há alguma coisa errada aí. Vamos lá no Procurador e vamos relatar tudo para ele, por segurança, só para que ele fique sabendo. Relatamos todo esse episódio ao Dr. Sílvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Ótimo.



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - No dia seguinte, no dia 24, na parte da tarde, o Dr. Ali Mazloun ligou novamente para o meu celular. O Dr. Ali Mazloun, nesse momento...

(Intervenção inaudível.)

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - De setembro. Foi no dia seguinte. Ele me ligou no meu celular: *“Olha, Wendel, eu não gostei nada do que você foi falar lá com a Dra. Karen. As nossas conversas são reservadas. Eu sou juiz e você não tem nada que sair daqui para levar conversa para a Dra. Karen, a Procuradora. Eu não quero saber disso. Você vem aqui e conversa. As dúvidas do juiz são dúvidas do juiz e morrem com o juiz, e com você que está ouvindo a dúvida do juiz. Não vai levar para ninguém. Não quero saber disso”*. Já iniciou a conversa me dando uma bronca bem firme. *“Olha, eu recebi um ofício do diretor de uma comissão, do seu departamento, da Polícia Rodoviária Federal, do Dr. Derene, Hélio Derene — é esse o nome dele, é sim, magistrado, o nome dele é esse —, e do Inspetor Bassani, que era o presidente de uma comissão que estava investigando a questão dos policiais rodoviários federais, e liguei para o seu diretor. Conversei com ele e ele falou que, como eu, realmente está sabendo de tudo pela imprensa, que está ali a investigação, que isso é coisa do Ministério Público. Agora, o que me deixou estarecido e preocupado foi o fato de o seu diretor ter me dito que o meu telefone também está grampeado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O telefone do juiz?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O telefone do Juiz Ali Mazloun. *“O meu telefone também está grampeado.”* Aí ele perguntou: *“O meu telefone está grampeado? Confirma isso?”* Eu falei: *“Olha, doutor, pelo que eu saiba, não. Eu não estou sabendo de grampo no telefone do senhor”*. *“Olha, Wendel, eu estou perguntando e vou perguntar novamente: o meu telefone está ou não está grampeado?”* *“Doutor, eu vou responder novamente: eu acho que não.”* *“Acha ou não está?”* *Eu acho que não está; por nós, não, pelo menos.”* *“Olha, não se esqueça de que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. Cuidado com o que você diz. O seu diretor, então, está mentindo?”* Eu falei: *“Eu não sei, doutor”*.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Espere aí, tire-me uma dúvida aí. Ele disse — só para eu entender — que o seu diretor havia dito para ele, para o juiz, que ele estava grampeado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Quem é o seu diretor?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Hélio Cardoso Derene.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Quem?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Inspetor Hélio Cardoso Derene.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O Dr. Derene, segundo o juiz, avisou para ele, para o juiz, que ele estava grampeado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado. (*Pausa*).

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O Derene avisou. O juiz disse isso, que o Derene, que é o diretor da Polícia Rodoviária Federal, falou para ele...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Que o telefone dele estava grampeado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - E que você tinha grampeado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ele falou: "*Olha, eu estou sabendo que inclusive o meu telefone está grampeado*". Ele me disse isto: "*Inclusive, o meu telefone está grampeado*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Está bom, obrigado. Pode prosseguir.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - "*Cuidado com o que você diz, porque a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco.*" Eu falei: "*Doutor, que eu saiba o telefone do senhor não está grampeado não*". "*Olha, então, o diretor está mentindo?*" Eu falei: "*Eu não sei*". "*Então eu estou mentindo?*" Eu falei: "*Agora ficou difícil*". Eu falei: "*Olha, o telefone do senhor, por nós, não está grampeado. Eu acho que o diretor não tem conhecimento do processo. Acho, não, o diretor não tem conhecimento do processo, o diretor não tem acesso a gravações, o diretor não tem acesso às informações. Tudo isso é com o Procurador da República. O diretor não tem como dizer isso para o senhor. Ele não tem como ter esse dado. Ele não tem*"



como afirmar isso para o senhor. “É, então, deve ser uma contra-informação que estão querendo me desestabilizar.” Eu falei: “Olha, doutor, possivelmente isso aí deve ser uma contra-informação, conversa fiada, deve ser isso. É, não é”. Ele me passou... falou: “Anote esses telefones aí”. Um é o meu, que eu anotei o número do celular; o outro é do César Herman; e o outro, ele me deu um terceiro nome, eu não gravei o nome. Ele me deu um terceiro nome e um terceiro número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Ele queria saber se aquele telefone dele e do César Herman estavam bloqueados.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, na verdade, ele deu o telefone e depois ele falou: “Eu quero que você olhe aí e diga se esses telefones constam da sua relação do grampo, das interceptações”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Bom.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Pelos nomes, apesar de que nós tínhamos bastante gente sendo interceptadas, mas nós tínhamos o controle do processo. Pelos nomes, já de cara, eu falei para ele: “Olha, doutor, esses nomes não estão na nossa lista. Não se preocupe”. O dele, do próprio Juiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Dele e do César.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Do César e um terceiro nome que eu não me recordo, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não lembra quem era?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ele só falou o nome, doutor. É o nome tal. E eu realmente não me recordo. Eu seria leviano se eu dissesse que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pode prosseguir.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - De cara, eu falei: “Olha, doutor, esses nomes não estão na nossa lista, o senhor fique tranqüilo, não tem nada com isso aqui”. Eu não tomei o cuidado de anotar aqueles nomes e aqueles números porque eu já sabia que não estava. E ele perguntou. Nosso primeiro contato foi um contato firme, ele sempre foi firme. Mas eu comentei com os colegas. Nós estávamos numa reunião. No momento em que ele ligou, nós estávamos numa reunião. Eu desliguei o telefone e falei: “Olha, colegas, acabou de me ligar aqui o Dr. Ali Mazloum, e ele me disse que o Diretor do Departamento disse para ele que o



telefone dele estava grampeado. Ele me passou 3 nomes aqui e 3 números, um é o dele, o outro é do César“e o outro foi dessa pessoa que na hora eu falei.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Essa pessoa era homem ou mulher? O senhor se lembra?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Era homem. E ele me passou aqui esses números. Peguei o papelzinho que eu anotei, que eu cheguei a anotar e passei para o colega Fauser, Éverson Fauser, era um outro membro do equipe, e falei: *“Fauser”* — ele controlava os computadores —, *“dá uma olhadinha aqui”*. Ele já olhou e falou: *“Não, isso aqui não tem”*. Todos na reunião ouviram o que eu estava falando e depois, quando eu desliguei o telefone, o relato daquela conversa. Ele encerrou a conversa dizendo o seguinte: *“Olha, o meu telefone está ou não está grampeado?”* *“Doutor, não está”*. *“Não se esqueça que a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco”*. Foi a terceira ou quarta vez que ele falou isso durante essa conversa. Perfeito, desligamos o telefone. Não mais tive contato com ele, passei a ter contato com a Dra. Karen, que queria que tudo se resolvesse, que queria que o processo chegasse na mão do Juiz, que queria que logo aquilo se resolvesse para a denúncia ser aceita ou não. Passadas algumas semanas, na verdade, no dia 1º de outubro, recebi outra ligação do Dr. Ali Mazloun: *“Wendel, eu preciso falar com você. Eu recebi os discos do Juiz da 10ª Vara”* — era a terceira ligação; *“recebi os discos do Juiz da 14ª, da 10ª Vara de Brasília”*, desculpe. *“Só que é muita informação, está muito complicado, muita coisa fora de ordem. Eu gostaria que vocês me dessem um auxílio aqui para eu achar alguma coisa que eu estou procurando aqui nos discos”*. Eu falei: *“Pois não, doutor, sem dúvida. Amanhã, às 11h”*. Só que nós estávamos num trabalho muito intenso em São Paulo, estávamos trabalhando com a Corregedoria do DIPO, estávamos trabalhando com o Ministério Público de São Paulo. A coisa estava muito volumosa, e na manhã daquele segundo dia, que seria o dia da audiência, eu liguei para ele e desmarquei. Eu falei: *“Doutor, eu não vou poder estar aí às 11h, porque está muito volumoso. Eu tenho que cumprir um compromisso, infelizmente, e não vou estar. O senhor me desculpe”*. *“Não, está certo, tudo bem. Fica para amanhã”*. Eu fui lá no dia 3 de outubro — Praça da República, 7ª Vara, 1º andar. O Juiz estava numa pequena reunião com os funcionários lá da Justiça. Acabou a pequena reunião e ele, de forma educada,



pediu para a gente entrar na sala dele. Quando nós entramos na sala dele, ele ficou transtornado, mudou a feição e já começou dizendo que eu tinha que me colocar no meu lugar, que ele tinha muito o que fazer, que ele era um Juiz Federal e que era ocupado e que eu não mais marcasse reuniões com ele e desmarcasse ou me atrasasse. *“Não se atrase, não marque, não venha, não marque, não ligue para se atrasar, porque eu sou ocupado, eu sou um juiz, eu tenho o que fazer, ponha-se no seu lugar”*. E concluiu dizendo o seguinte: *“Eu já estava com sua ordem de prisão pronta, só não expedí, porque falei com a Dra. Karen e achei melhor não expedir, mas você ia ser preso hoje”*. Aí eu falei: *“Mas doutor...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Você seria preso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu, nessa terceira reunião, fui acompanhado daquele primeiro colega que foi comigo, o PRF Marcos Prado, e de outra colega, PRF Airton Motti. Nós fomos em 3, levei mais um colega. E eles estavam acompanhando tudo isso desde o começo. *“Você ia ser preso hoje”*. Era o policial Marcos Prado e Airton Motti. *“Você ia ser preso hoje”*. Toda a Polícia Rodoviária Federal... era daquela equipe que eu falei para o senhor. *“Mas por que, doutor?”* *“Não. Cadê os discos? Cadê as gravações? O senhor não recebeu as gravações? Pois é, eu falei para você que precisava dos discos e você saiu correndo para Brasília para levar para o juiz da 10ª Vara”*, num tom de crítica e deboche, tipo saiu correndo daqui, saiu com... sei lá... saiu correndo daqui para Brasília. Quando ele me ligou, na segunda vez, eu peguei o material e vim para Brasília, porque achava que tinha que dar logo prosseguimento àquilo. Ele queria, ele tinha que receber, o juiz tinha que decidir se ia mandar ou não e, efetivamente, estava conosco. Peguei o avião, vim para Brasília e entreguei os discos aqui. O juiz pegou, oficiou e mandou para ele. Foi quando eu entendi que, naquele momento, quando ele falou na primeira vez que queria, ele queria que eu entregasse, que eu passasse para ele. Ele não disse isso naquela hora, ele não disse isso, textualmente ele não disse. Mas eu entendi naquele momento que era aquilo, porque ele me criticou, falou por que você foi lá levar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Ele não queria relação com o juiz. Ele queria você.



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É. Eu falei: *“Doutor, é o seguinte: o senhor falou para mim que não queria intermediário, que o Ministério Público não era intermediário, que a coisa era de juiz para juiz. Eu saí daqui e levei para o juiz, e o juiz mandou para o senhor. Foi de juiz para juiz”. “Ué, não coloca palavras na minha boca. Não deturpa o que eu falei”*. E aí ele passou a nos questionar veementemente. *“Olha, nós vamos conversar, não se esqueça que a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco”*. É, com os 2 colegas escutando. Os 2 colegas que estavam juntos. *“Olha, abriu o processo. Esse processo está defeituoso”*. Ah, não, antes desse processo defeituoso, ele falou nos discos. *“Existem coisas no... existem gravações que não estão nesses discos”*. *“Doutor, não é possível, está tudo aí”*. *“Eu sei de coisas que não estão aqui. Foram-me mostradas gravações que eu não consigo encontrar aqui”*. *“Doutor, é só procurar, botar um arquivo, um programa de procura”*. *“Não, os técnicos já olharam e viram que não está aqui”*. *“Está.” “Não está.” “Está.” “Não está.” “Eu estou mentindo?”* Ele perguntava. *“Não, doutor, não é que o senhor está mentindo, é porque é para estar”*. *“Mas não está.” “Olha, doutor, então pode ter havido um erro, eu não sei, na gravação.”* Porque o nosso intuito, Deputados, era ajudar mesmo, sabe? A gente não estava coagido pela ameaça. E até aquele momento nós não estávamos preocupados com a ameaça. *“Eu vou prender, a corda arrebenta do lado mais fraco, eu sou o juiz.”* Até aquele momento, no começo daquela reunião, mesmo ele tendo dito: *“Olha, ia lhe prender hoje”*, a gente não estava preocupado com essa ameaça. A gente estava preocupado em auxiliar. *“Olha, está tudo aí. O senhor tem tudo aí, não tem por que isso.” “Não, mas não está tudo aqui, eu posso prender por sonegação de provas, eu posso requisitar.” “Doutor, mande um ofício para o juiz da 10ª Vara e pergunte para ele se está faltando alguma coisa.” “Não quero saber de juiz da 10ª Vara. Já entrei com conflito de competência positivo e esse processo vai vir para mim. Esse processo vai ser o processo da minha vida.” “Mas doutor, é com o juiz... fala com o Dr. Guilherme.” “Não quero saber de Guilherme Schelb. Não quero saber de procurador. Eu quero toda a prova, todos os discos, todas as gravações. Só decido, só tomo providências com todas as gravações”*. *“Mas, doutor, é para estar aí.” “Está.” “Não está.” “Está.” “Não está.” “Cadê as provas, cadê as gravações de abril, de maio e abril? Onde é que estão?”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não existiam?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não existiam. Havia aquele período, que foi justamente o da tal reunião que haveria; não sei se houve e tal. *“Cadê o período de maio e abril?” “Não, doutor, é para estar tudo aí.” “Não, não é possível, vocês ficaram 2 meses sem gravar?” “É, doutor, houve um problema.” “Não. Quero saber cadê isso. Tem um arquivo aqui que eu não consigo encontrar. Cadê ele?” “Doutor está aí. Se não está, há algum problema. Ninguém quer sonegar nada. Está tudo aí.” “Eu quero as gravações, eu quero tudo comigo. Que jeito vocês vão dar, o que vocês vão fazer, não me interessa. Eu quero todas as gravações.”* E olha só, ele se referiu a mim: *“Você me disse que havia 26 discos que estavam com o juiz federal. Eu só recebi 20 — eram 20 discos — cadê os outros 6? Por que esconder os outros 6? Tiraram o quê daqui?” “Doutor não são 26, são 20. Inclusive a Dra. Karen sabe que são 26”.* Na verdade, a Dra. Karen não sabia. Dra. Karen estava na dúvida e foi suggestionada a achar que eram realmente 26 porque ele chegou... deve ter perguntado para ela: *“Doutora, cadê os 26? Ah é! são 26?” “Doutor, não são 26, são 20 discos. E a quantidade de disco, doutor, não importa. O que importa é que o senhor recebeu um ofício do juiz que tem a totalidade das gravações. Quando a gente grava, o tamanho do disco, o tamanho do arquivo, o programa que seleciona por conversa pode dar 22, 21, 20, 16. O que importa é estar o total aí”.* *“Eu quero os 26 discos. Eu quero toda a conversa. Eu quero a conversa de maio e de abril. Eu quero as conversas que não estão aqui, que eu não acho. Isso é sonegação de prova. É crime e eu vou responsabilizar quem cometeu esse crime.”* Eu... nós passamos a ficar preocupados a partir daí, porque ele não aceitava a explicação de que nós éramos... *“Doutor, não é conosco que o senhor tem que ver isso. Nós somos uma equipe de apoio ao Ministério Público. A nossa autonomia administrativa é de busca de prova, mas não temos autonomia para decidir. Quem decide isso é o Ministério Público que encaminha ao juiz. O senhor se encaminhe ao Ministério Público. Fale com o Dr. Guilherme Schelb.”* Em determinado momento ele falou: *“Aquele Sherlock Schelb é um burro. Ele é burro. Ele falou para a Dra. Karen que não me foi passado no momento oportuno essas gravações, porque possivelmente pessoas perto de meu convívio poderiam estar envolvidas em alguma coisa. Mas claro que as pessoas estão envolvidas. Eu sou o juiz do processo. As pessoas me*



procuram, os advogados me procuram, as partes me procuram. Ele é burro, o Sherlock Schelb.” Ele se referiu ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Como é que ele chamou o Schelb?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sherlock Schelb.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - É?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Referindo-se ao Procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Bom investigador, foi? V.Exa. conhece?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS – Ah! Doutor, eu... não sabemos. Aí ele pegou uma... Falou, por exemplo... Pegou e abriu o processo e falou... Tinha um ponto no processo que dizia... nos autos do relatório que dizia assim: “César — o César Herman —, *pessoa influente que tem acesso a processos e a juízes e que trabalha tentando aproximar pessoas*”. Era mais ou menos uma referência, era entre parênteses, porque o relatório ia começar. Começava o relatório ali e a gente colocou o César Herman e fez uma referência para quem lesse e soubesse de quem a gente estava falando. E ele falou: “*Esse tipo de referência aqui não pode existir, quem faz degravação tem que se ater aos fatos, quem disse que ele tem esse acesso? Quem disse isso? De onde vocês tiraram isso?*” “Doutor, nós temos as informações, nós ouvimos bastante, nós fazemos trabalho de campo.” “Ah, então, vocês fazem trabalho de campo?” Ele perguntou. “É, fazemos, fazemos inteligência.” “Então vocês fizeram um trabalho de campo de uma tal reunião que teve no Hilton, aí, no mês de tal, com o doutor”. “Doutor, não. Nós não dissemos que fizemos isso. Nós dissemos que fazemos trabalho de campo. Foi só um exemplo.” “Então, vocês não fizeram?” “Não, não fizemos. Na época a gente estava impedido. Não deu para abrir mais essa possibilidade”. “Tá bom. E as conversas, cadê?”. “Não, não tem conversa nenhuma, doutor. Não tem conversa nenhuma.” Ele disse, mais uma vez: “*Eu posso prender vocês, posso prender vocês*”. Aí, eu já estava me sentindo ainda naquele momento subjugado, completamente pressionado e a reunião tinha descambiado para uma discussão que poderia ser prejudicial a mim naquele momento e aos meus colegas. Eu falei o seguinte: “Doutor, é o seguinte, aqui



ninguém tem medo de ser preso; o senhor toma a medida que o senhor achar que é conveniente. Nós estamos dizendo para o senhor que está tudo aí, nós estamos dizendo para o senhor que nós não temos o poder de decisão, nós estamos dizendo para o senhor que o senhor tem que procurar, agora, se o senhor não quiser"... Aí, ele disse o seguinte: *"Olha, vocês estão à minha disposição"*. Levantou um papel e falou: *"Olha, eu já officiei o Diretor do seu departamento"...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Diretor de onde?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Do meu departamento, no caso, o PRF, o Inspetor Derene. *"Eu já officiei o Diretor do seu departamento e ele já colocou vocês à minha disposição. Agora essa equipe é minha equipe, vai trabalhar para mim até quando eu acabar esse processo, até quando eu acabar essa investigação."* *"Mas, doutor, nós estamos aqui há 10 meses, 12 meses, em São Paulo. Todo mundo é de fora, acabamos essa operação, queremos ir embora para as nossas regionais, dar uma descansada, o Ministério Público já está nos passando outra coisa."* *"Wendel, você vai ser cidadão paulistano, você vai morar aqui, se prepare."* Eu falei: *"agora, não é possível. Aí, eu retruquei: Doutor, eu sou servidor público, e vou para onde"...* Aí eu falei: *"Me pagando diária e passagem aérea, eu vou para onde o meu departamento me mandar"*. Aí, ele ficou enfurecido. *"Pois bem, vocês já estão à minha disposição, eu quero a identidade funcional dos 3. Vocês vão ficar aqui, vão trabalhar, vocês vão ser nomeados peritos do processo, vão me passar uns relatórios do processo, vão fazer as transcrições do processo. Eu vou mandar a Polícia Federal fazer uma transcrição, já tem uma equipe de inteligência da Polícia Federal fazendo um trabalho, vou pedir para os peritos fazerem uma perícia paralela e vamos ver se vai bater essas perícias"*. *"Ah, mas, doutor!"*

(Intervenção inaudível.)

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Não, não. A identidade funcional dos 3. Eu falei: *"Doutor, o seguinte: os colegas, eles trabalharam mais na área do processo do Lobão, os colegas não têm nada a ver com essa história. Se o senhor vai nomear alguém perito, eu acho que o senhor deveria nomear somente a mim. Vamos deixar os colegas fora disso. Peguei minha identidade, entreguei para ele"*. Ele falou: *"Então, está bom"*. Ele chamou uma secretária mandou bater um documento. Ele levantou uma espécie de *walkman*, um desses gravadores de ouvir



fita grande, cassete, e falou: *“A nossa conversa anterior foi gravada e esta também está sendo gravada. Então, vocês tomam cuidado”*. Ele disse que a conversa anterior que nós tínhamos tido no gabinete tinha sido gravada e que aquela conversa também...

(Intervenção inaudível.)

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Pois é. Ele disse isso justamente para falar que a gente estava mentindo, e que por ali ele poderia ver se era 20, se era 26, mas ele não mostrou. Pois é, e se existir a fita, é bom, porque tudo isso que eu falei estaria nessa fita. Então, aí, ele fez o laudo, fez o laudo não, fez o termo de perito *ad hoc*, me apresentou, pediu para que eu assinasse. Eu assinei o laudo de perito, ele me disse que eu estava à disposição dele a partir daquele momento. Ele pediu meu endereço e telefone, que ele ia entrar em contato para que eu apresentasse os laudos, os relatórios e o que fosse necessário. Eu vim para Brasília, foi numa quinta-feira, se não me engano, esse encontro. Ele disse que mandaria, poderia mandar, ou mandaria, algo assim, fazer uma busca e apreensão no local onde estávamos trabalhando. *“Olha, vou mandar, posso mandar fazer uma busca e apreensão onde vocês estão trabalhando”*. *“Doutor, esteja a vontade, está tudo lá. O que o senhor encontrar, é o trabalho que nós estamos fazendo.”* Saímos daquela reunião com 2 frases: *“a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco”* e *“você vai ser um cidadão paulistano, vai ficar aqui a minha disposição o tempo que eu quiser”*. Saímos os 3 da reunião, atordoados, na verdade, e fomos para o Ministério Público Federal, em São Paulo, ao gabinete do Dr. Sílvio Luís, e relatamos os 3 todos esses fatos. O Procurador falou: *“É melhor vocês escreverem isso, porque pode começar a ficar agora complicado para vocês”*. Ele deu uma idéia. Ele falou: *“Considerem”*... Eu vim para Brasília logo no dia seguinte. Na verdade tem esse detalhe, nós estávamos já encerrando. A operação já estava sendo encerrada; estávamos colocando todos os equipamentos nos carros e aí foi quando ele falou. *“Olha, eu quero”*... Ai eu falei: *“Doutor, mas eu não posso entregar relatório, porque não tenho acesso ao processo”*. Ele falou: *“E com quem está o processo?”* Eu falei: *“Se quiser acesso ao processo tenho que falar com o Dr. Guilherme, ele é o dono dos computadores”*. Ele falou: *“Quer dizer que se eu te perguntar qualquer coisa, você vai ter que perguntar para o Schelb?”* Eu falei: *“É”*. Ele ficou desapontado. Ele fez um ar de desapontado.



Nós estávamos encerrando a operação. No sábado, os veículos começaram a se deslocar para Brasília trazendo todos os equipamentos e os arquivos. E tudo, tudo isso foi entregue para o Dr. Guilherme, que recebeu todos os equipamentos. Passei para ele tudo sobre recibo, todos os livros direitinho. Confeccionei o relatório sobre a conversa e passei para o Procurador da República. O juiz passou a pressionar, ligar para o departamento dizendo... Acho que ele ligou ou algo assim, porque... ou oficiou efetivamente, porque eu fui chamado para ser apresentado a ele em São Paulo, mas esse foi o último contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito obrigado pelo seu brilhante e esclarecedor depoimento. Queria só esclarecer que o policial Wendel está aqui a convite. Ele veio voluntariamente fazer esse depoimento, para ajudar a nossa CPI. Vou dar um aviso. Às 5h vamos estar no STJ. Estou recebendo algumas ligações da imprensa, perguntando se a Norma, a mulher do Juiz João Carlos de Sousa Matos, vai depor amanhã às 10h. Eu não sei quem era da imprensa, mas não está confirmado, o depoimento não está confirmado, esse aviso não saiu da Presidência da CPI, não está confirmado. Na hora que estiver confirmado, eu avisarei para a imprensa. Só estou dando essa informação. Nós estamos em contato com a Presidência do Tribunal para confirmar isso, não está confirmado. Então vamos abrir...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Não está confirmado porque ela não confirmou, está se preparando, o nosso convite já foi feito, não está viabilizado ainda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Está viabilizado, pode ser amanhã, pode ser depois, não sei o dia ainda, segunda, pode ser terça.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Nós estamos negociando o dia com o Tribunal. Em primeiro lugar vai falar o Relator e fazer as perguntas, depois a lista de inscrição é a seguinte: Deputados Laura Carneiro, Bispo Wanderval, Vanessa Grazziotin, Rubinelli, Júlio Lopes. E o Relator, pode começar. Gostaria que a gente fosse um pouco objetivo, quer dizer, cada um desse espaço para todo mundo perguntar, porque nós vamos terminar 15 para as 5, concordam? *(Pausa.)* Vamos no carro da Câmara. É isso, Sílvio? Providencie o carro da Câmara, está



bom? E antes nós temos que votar alguns requerimentos. Por favor, Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Eu quero, inicialmente aqui, agradecer a vinda do Sr. Wendel Benevides que, na verdade, ajuda muito esta CPI neste momento, mostra claramente aí algumas coisas que precisam ser esclarecidas neste País. Eu quero fazer umas 3, 4 perguntas só, mas inicialmente eu queria entender uma coisa que o senhor disse. Quando foi o período que, na verdade, começou essa primeira reunião que o senhor teve, que o senhor foi chamado pelo Dr. Ali Mazloum, até essa parte final, onde, na verdade, ele estava requerendo o senhor. E se até naquele momento ele ainda não tinha aceito ainda as denúncias que tinham sido feitas que a Dra. Karen queria. Até aquele momento ele não tinha e quanto período demorou? O senhor pode confirmar, se eu entendi corretamente?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Primeiro contato foi no dia 22 de setembro. O último contato foi no dia 3 de outubro e até aquele momento ele não havia aceito ainda a denúncia, pelo que consta pelo menos.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Está bem. Só uma coisa, então, mais importante: o senhor citou aqui, na verdade, que o juiz falou que, na verdade, o senhor, o Crenite, o Delegado Crenite havia dito a ele que ele não tinha, que ele tinha sabido que ele tinha informado a ele, na verdade, que ele tinha o telefone grampeado. Em algum momento que os senhores estavam trabalhando na equipe, teve alguma coisa que envolveu o nome do Delegado Alexandre Crenite, além dessa coisa que foi citada pelo juiz? Há alguma outra coisa que os senhores estavam investigando do Crenite e que foi, na verdade, citado? Ele estava falando, ele estava jogando algum verde? Havia algum envolvimento do Crenite até esse momento?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Doutor, na verdade, quem falou para o... quem falou, o Juiz Ali Mazloum disse que, ele disse, ele afirmou que quem falou para ele que o telefone dele estava sendo grampeado foi o diretor do meu departamento, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Mas ele disse o nome do diretor ou só disse o diretor?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, ele disse: “o *Hélio Derene*”. Ainda me pediu: “*É isso, não é?*” Eu falei: “*Isso*”. Ele falou que conversou com ele pelo telefone, teria sido o diretor que teria dito para ele.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E em algum momento, alguma coisa de telefone, essas coisas, tinha sido detectada essa conversa? Isso faz parte, ou o senhor ficou sabendo por ele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Isso faz parte ou o senhor só ficou sabendo por ele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Do diretor com o juiz, eu soube por ele.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Só por ele.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Só por ele.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Então, não tem nenhum outro lugar que o senhor tenha ouvido falar, ou em alguma revelação, ou alguma coisa, alguma fita que estava gravada, alguma conversa dessa equipe dos 17 policiais que estavam trabalhando? Em nenhum outro momento houve, na verdade, o questionamento sobre, na verdade, o diretor?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sobre o diretor, não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Só nessa conversa que teve com o juiz.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Só nessa conversa.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor informou alguém sobre essa conversa, algum superior seu, alguma coisa? Faz parte essa coisa que o senhor está transformando pública hoje em algum relatório, alguma outra coisa?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu, eu relatei todo esse fato e passei, na época, ao meu superior, que era o Procurador, Dr. Guilherme Zanina Schelb.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor pode repetir o nome do procurador?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Guilherme Zanina Schelb.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Ah, o Schelb. Desculpa. Está o.k. Mais uma outra coisa ainda: o senhor disse, na verdade, que depois de ter insistido e estar discutindo com o juiz, ele disse que estava, naquele momento, fazendo um documento — eu anotei aqui, não sei o nome direito — para que, na verdade, o senhor tivesse que trabalhar com ele em São Paulo e usou a palavra “*se transformar num cidadão paulistano*” e tal. Ele tem esse poder? É possível ele fazer isso, ou depende de uma autorização depois de um superior seu, ou ele tem, na verdade, que fazer uma requisição para que o senhor pudesse trabalhar assim diretamente com ele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Doutor, é... pelo que me consta, na verdade, essa requisição, da forma como foi feita, ela não tem amparo legal. Ele não poderia fazer isso, não é? Pelo que me consta, ele não poderia fazer isso. Ele poderia ter feito, talvez, como foi feito para o procurador. O procurador, na verdade, pediu e o Ministro autorizou. Mas a requisição, “*olha, eu quero que ele seja apresentado aqui tal dia*”, ele não tem esse poder, a não ser no uso da jurisdição.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E ele o obrigou a assinar algum documento que o senhor disse, ele preencheu alguma coisa e fez o senhor assinar alguma coisa naquele momento?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ele preencheu um termo de perito *ad hoc* e me determinou que assinasse o termo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E assinou em que sentido? Em concordância, em assinar...?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Na verdade, é uma nomeação. Ele está nomeando — nomeando-me perito, no caso — e eu assino confirmando que sei que estou sendo nomeado perito.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E o senhor assinou, o senhor concordou em assinar?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Assinei.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor chegou a exercer esse cargo de perito *ad hoc* até essas coisas ou depois o senhor foi procurar o seu superior direto?



O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Não. Logo depois, fui procurar o meu superior e relatei isso para ele.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E qual foi a providência que o seu superior tomou?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Na verdade, o Dr. Guilherme, ele recebeu as informações, ele não me disse — eu não sabia —, e ele possivelmente, evidentemente, repassou essas informações ao Ministério Público de São Paulo, porque acabou chegando na Operação Anaconda. Ele tomou essa providência. Como nós estávamos trabalhando para ele até o dia 21 de outubro — era o último dia de cessão, de disponibilidade, no caso, que o Sr. Ministro deu a ele —, até aquele dia nós estávamos com ele.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Está bem. Só mais uma pergunta bem rápido: o senhor acha... é normal, o senhor trabalha nesse caso algumas vezes, tem trabalhado mais do que uma vez, com juízes, nesse caso de combate ao crime, foi sua primeira experiência, quando foi convocado para esse grupo para fazer esse trabalho, como é que é? O senhor já tem... É comum o senhor trabalhar com juízes para acompanhar esses casos?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Eu exerci, no DPRF, aqui na sede, há algum tempo atrás, há um ano atrás, eu fui chefe da Divisão de Correção e Disciplina no departamento e Corregedor-Geral Substituto. São cargos da Corregedoria. E já saí da minha regional de origem também da área de corregedoria, no Núcleo de Corregedoria. Então, a gente sempre está muito próximo do Judiciário e do Ministério Público. Nesse trabalho específico de investigação, baixando interceptações telefônicas e na captura de informação de campo, foi a primeira vez, especificamente num caso como esse.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor acha, mesmo tendo sido a primeira vez, é comum que um juiz se interesse por tantos detalhes do campo, do trabalho do campo, ao invés de receber as provas, fazer a sua análise, exercer o seu papel de juiz, para poder tomar uma decisão? É comum que o juiz se interesse tanto pelo processo de investigação, que cabe aos policiais, às outras autoridades que têm o papel de fazer, ou aos promotores? Por que um juiz se envolveria tanto assim nos detalhes desse processo, tanta preocupação de fita, de coisa, dessas



informações? Alguma vez o senhor ficou sabendo quem é que estava..., se tinha alguma preocupação além disso? O senhor acha, primeiro, é comum isso? É possível que um juiz estivesse entrando em tantos detalhes desses? Isso não lhe chamou a atenção, nesse processo, dessa forma de o juiz trabalhar?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Doutor, se é comum, eu não sei, mas eu fiquei preocupado. Eu não sei se é comum, mas eu fiquei preocupado. Esse fato foi o que justamente me preocupou, porque, comigo, primeiro, porque era impressão... por que tanta insistência. Mas eu não sei se é comum, na verdade, isso.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Só mais uma pergunta. O senhor me disse mais ou menos uma data. Vocês checaram se houve essa reunião no Hotel Hilton, de alguma outra forma? E, mesmo que não pudessem estar acompanhando, ouvindo as fitas, gravações, houve um plantão, alguma coisa, para poder ver se poderia ser dado um flagra ou ter certeza se essa reunião aconteceu de fato? O trabalho de rua — de campo, como vocês falam — conseguiu detectar se essa reunião de fato houve ou só foi citada nas gravações?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Não, senhor. Só foi citada nas gravações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Julio Semeghini. Passo a palavra, agora, para a Deputada Laura Carneiro, também dentro desse critério, de resumirmos, porque temos que sair. Por favor, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Wendel, embora eu não estivesse aqui, a assessoria do meu Partido fez um breve relato da sua explanação e ficou mais simples para mim, e com as perguntas do Julio ficou mais simples ainda. A primeira pergunta é se você podia nos fornecer esse relatório que você forneceu ao Ministério Público.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você tem esse relatório com você?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Eu tenho uma ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Uma cópia do relatório?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Uma cópia na minha mão.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na sua pasta, então. Se fosse possível que você, desde já, cedesse à Comissão, para que pudesse fazer parte dos nossos trabalhos, porque isso é base de investigação e é importantíssimo. Presidente, se V.Exa. já pudesse receber o documento que ele tem, já tirar xerox, para ele poder ter uma cópia com ele do relatório. Na verdade, é o seu depoimento por escrito, em outras palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Por favor, Deputada Laura.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A primeira pergunta é — eu ainda estava aqui... Você disse que, na verdade, estavam fazendo um trabalho de inteligência nos dois casos, tanto no caso do Roberto Eleutério, o Lobão, como no caso do Ari Natalino, não é isso? E o juiz, Dr. Ali, na verdade, estava preocupado com o caso do Ari Natalino, especificamente do Ari Natalino.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Ari Natalino.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sobre o Lobão, houve alguma pergunta?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Porque ele não era o juiz do caso.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Não, nenhuma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, apenas sobre o caso do Ari Natalino. E, nessas fitas gravadas sobre o caso do Ari Natalino, pelo que entendi, ele teria cobrado de vocês 26 fitas. E a verdade é que existiriam 20 fitas, é isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - É. Na verdade, naquele momento eram 20 CDs.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, CDs, enfim. Mas nunca foram 26?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Nunca foram.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E quando ele chegou, que ele disse que eram 26, vocês disseram: “*Não, eram 20*”. Mas, por que ele inventou que eram 26?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Não sei. Não sei de onde ele tirou. Não se ele ouviu. De repente, ele ouviu esse número, achou que ouviu esse número. Eu tentei convencê-lo, Doutora, de que o número — 20, 26, 19, 10, 15 —



não era importante, porque isso depende do tamanho da mídia que vai gravar, do computador que lança, da compactação que é feita. Mas, eu falei: “Doutor, o importante é que há um laudo que diz que são e que está tudo aí”.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E diante da ameaça dele, de alguma maneira, você e seus colegas — o Marcos e o Airton — tiveram, copiaram esses CDs, ou isso tudo foi entregue ao juiz?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Ao Ministério Público Federal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - No Ministério Público Federal?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Hã, hã.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, essa documentação está com a Dra. Karen.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Foi entregue, na verdade, o nosso superior era o Dr. Guilherme, foi passado para ele. Eu acho que ele fez passar, não sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, essa documentação foi entregue ao Dr. Guilherme, ou, minto, essas fitas estão entregues ao Dr. Guilherme?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Toda a documentação, tudo. Inclusive...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas na hora em que o juiz lhe pediu, quer dizer, ele cobrou a existência, porque já estavam acostadas ao processo, aí o senhor tinha feito perícia, como é que funcionou?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Na primeira reunião, ele não tinha. Ele havia oficiado ao juiz da 10ª Vara para que remetesse para ele. Ele não tinha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Espere aí. Então, o juiz Ali oficiou ao outro juiz...

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Ao juiz da 10ª Vara.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ao juiz da 10ª Vara, requerendo essas fitas.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Requerendo as fitas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sob que argumento? Você sabe?



O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - O argumento de que ele era o juiz do caso anterior, que ele era o juiz de um caso do Ari Natalino, que ele foi o juiz que decretou a prisão do Dr. Alexandre Crenite e que, então, ele teria direito...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele queria juntar todas?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Tudo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ou seja, ele queria, aquela outra ação que corria na 10ª Vara, ele queria que, de alguma maneira, fosse apensada à ação em que ele era o juiz.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Isso. Ele me disse que chegou a suscitar um conflito positivo de competência, para que aquilo fosse pelo STJ para ele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, ele chegou a suscitar no STJ um conflito de competência?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Pelo menos, ele disse que fez. Não sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, é porque esses dados parecem... são absolutamente importantes, até para a gente saber até que ponto ele... que “força” — digamos assim, entre aspas — foi feita para que todo o processo do Ari Natalino ficasse sob a sua jurisdição.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Ele disse que teria suscitado o conflito positivo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E a Dra. Karen era a Promotora no caso...?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Procuradora do caso Ari. Ari e Alexandre Crenite.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Procuradora do caso Ari. Quando o senhor comunicou a ela os fatos? O senhor chegou a comunicar? Qual foi o procedimento?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Na primeira reunião, eu comuniquei, mas essa primeira reunião não havia sido tão difícil, tão conturbada. Ela ficou indignada. Na verdade, ela queria que houvesse uma decisão quanto ao



recebimento da denúncia ou não. E não se decidia nada. Ela estava indignada. Disse que ia impetrar um mandato de segurança e tal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso eu entendi.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Foi isso que ela fez.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Essa foi a primeira. E na segunda?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Na segunda vez, nós decidimos não falar com ela, porque ela estava muito... justamente isso, muito indignada. Então, ela poderia criar uma situação difícil para a gente, chegando lá, cobrando: "*Olha, cadê, você não recebeu, o que você quer, por que você está pressionando?*". Então, a gente achou que a gente não deveria acender esse estopim. A gente achou melhor que ela não soubesse e passamos essas informações para o Dr. ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Schelb.

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Passamos, na verdade, lá em São Paulo, para o Dr. Sílvio Luís.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, só para completar o raciocínio. Nessas fitas, que, na verdade, você ouviu todas, tanto as do Ari, como as do Lobão, não é?

O SR. WENDEL BENEVIDES DE MATOS - Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Em algum desses 20 CDs que vocês ouviram houve a veiculação de outros nomes, ou seja, de outros juízes nessas interceptações telefônicas, de ligações que, de alguma maneira, incriminassem os juízes ou alguém público, algum ente público?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, senhora. A não ser aqueles que já estão processados hoje: a Polícia Civil, lá em São Paulo...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aqueles que nós ouvimos na CPI?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Lá, de São Paulo. O Lobão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só aqueles?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E, em algum momento nos depoimentos, houve alguma ligação que incriminasse, seja no caso Lobão, seja no caso Ari Natalino, de alguma maneira, os interligasse? O Lobão e o Ari?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Em algum momento houve interligação entre o Lobão e algum outro grande traficante de São Paulo, ou, desculpa, grande contrabandista de São Paulo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Lobão... De São Paulo, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Lobão e algum outro. O Ari Natalino e algum outro?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Era sempre em torno das suas próprias atividades?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Atividades. Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Por que em maio e abril não houve gravação? Só para terminar, porque senão o Presidente me mata.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não houve, porque nós estávamos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem não autorizou?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - A questão não foi autorização. Todos os pedidos feitos pelo Ministério Público foram autorizados. Todos eles. O problema foi administrativo. Nós estávamos lá assoberbados, na época, fazendo trabalho de, nós chamamos de campo, de inteligência na rua, éramos pouco, estava vencendo uma das autorizações. E entre vir para São... porque a autorização era feita aqui em Brasília, entre vir para São Paulo, Brasília, apresentar relatório para que a autorização fosse dada, perdemos esse ponto...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Para renovar a autorização?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso. Acabou que não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Aproveitando o gancho, quero fazer um esclarecimento aqui, veja se eu estou errado: a operação para prender o Lobão foi comandada pelo Dr. Schelb. Não é verdade?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Schelb e Sílvio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Schelb e Sílvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Schelb e o Sílvio.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Sílvio que era o promotor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - A Operação Anaconda foi a Polícia Federal.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Mas houve momento em que essas duas operações se encontraram, não é verdade?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Através das fitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Porque essas gravações que você fez foram passadas para a Operação Anaconda. É isso?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não estou entendendo isso. Você pode falar.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade, quem fez foi o Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Hem?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Quem fez foi o Procurador.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi o Procurador. Mas o que o Presidente quer saber, assim, o Procurador pegou as fitas que vocês fizeram, no caso, Lobão e, no caso, Ari Natalino, e a partir dessa documentação, essa documentação foi levada à Polícia Federal, e isso suscitou a Operação Anaconda.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Houve... Na verdade, não. A Operação Anaconda, ela, senão me engano, não participei dela, ela vem de antes. Em determinado momento, elas realmente, se tocaram.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Interligam.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Que é esse momento do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Dos juízes.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - ...dos juízes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Quer dizer, os juízes foram pegos pela Operação Anaconda e pela do Lobão?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - No caso, Ari Natalino e Lobão.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Elas se encontram e depois se separam novamente, que era o caso...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Os juízes estavam condenados a ser pegos. Não? Porque foram pegos em duas operações diferentes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Ele não pode firmar juízo de valor, porque ele não tem a nossa imunidade. Vamos ser justos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Nós temos um tratado aqui de a televisão não gravar o depoimento. Está bom? Daqui a pouco ele vai dar uma entrevista. Estamos terminando. Por favor, Deputada, rápido. Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, Sr. Presidente. O senhor, primeiro, tem que me passar a palavra para eu poder começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Desculpa, Deputada. Nós estamos terminando.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - São 16h29min. Eu vou procurar ser breve. Também, da mesma forma, agradecer o policial rodoviário federal. Penso que ele presta um grande serviço a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós havíamos tomado conhecimento da sua atuação pela imprensa, que o senhor teria sido ameaçado. O senhor vem aqui e confirma e disse que fez, formalmente, uma representação ao Procurador Guilherme Schelb. Eu vou repetir algumas perguntas, até para que eu possa entender melhor. Apesar da forma até didática como o senhor tentou falar do caso para todos nós, existem alguns pontos que eu ainda não estou alcançando na sua plenitude. O senhor sabe dizer qual foi a data que o juiz da 10ª Vara, que é a 10ª Vara Criminal aqui do Distrito Federal, deferiu essas escutas, o pedido do Dr. Schelb? O senhor sabe qual é a data?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foi em... A data precisa, doutora, eu não sei. Mas foi em dezembro, em dezembro de 2002.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em dezembro de 2002.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em que período ele concedeu essa autorização para que houvesse as escutas telefônicas?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Desde Dezembro de 2002 até, no caso Lobão, acho que, senão me engano, até julho, junho de 2003, e no caso Ari,



senão me engano, até setembro de 2003. Senão me engano. Algo bem próximo disso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Até setembro de 2003?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É. É sempre renovado, não é, doutora? Quinze dias, apresenta o relatório, ele verifica se tem substância...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O relatório é apresentado para quem? Para o próprio juiz da 10ª Vara?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É. O Procurador apresenta para o...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Vocês entregam ao Procurador, e o Procurador entrega...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ao juiz.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN –...para o juiz. Então, eu já vou pular algumas outras perguntas para ir já no fato desse período paralisado, porque parece ser um período muito importante, pelo que o senhor falou.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É verdade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Primeiro, porque os senhores ouviram a marcação de uma determinada reunião, que deveria acontecer no Hotel Hilton...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Hum, hum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN –...entre, senão me engano, se eu ouvi bem o que o senhor falou, entre o Dr. Wellington, que era o Advogado do Sr. Ari Natalino, o Delegado Crenite, Delegado da Polícia Federal, e, anotei aqui mais uma...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - César Herman, se eu não me engano.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...e o César Herman. Não é? Exatamente nesse período houve dificuldade da renovação dessa...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade, não, porque... Desculpe interromper a senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, não, pode responder.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade, não. É porque nós ouvíamos, por conta do tipo de aparelho que era utilizado na operadora e a forma



como nós estávamos conduzindo a operação, nós sempre tínhamos um período de intervalo entre o que era gravado e o que nós, efetivamente, ouvíamos. Não era *on-line*. Demorava, às vezes, 5, às vezes 10 dias, às vezes menos entre o que era, efetivamente...Quer dizer, a reunião.... Se fosse uma reunião daqui a 5 dias, era possível que ela tivesse sido marcada num dia, acontecesse, e a gente nem ter escutado ainda que aquela reunião aconteceu.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu não entendi. A gravação era feita. Mas os senhores só ouviam aquela gravação feita dias depois de ter acontecido. É isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exatamente, exatamente. O equipamento grava...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas, nessa conversa da marcação da reunião, eles falaram de data?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Agora, não me recordo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque o hotel, o local, eles falaram: Hotel Hilton.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Hotel Hilton.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E a data, o senhor lembra?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não me recordo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não lembra se chegaram a falar de data?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não posso afirmar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. me concede um aparte, só porque isso é importante. Qual foi o aparelho? Vocês estavam usando o aranha?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O aparelho que foi utilizado para essa, vamos dizer, para essa interceptação telefônica era um aranha?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É um aparelho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Aranha?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É o nome do aparelho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O que é aranha?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É um aparelho que você grava...



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É um aparelho similar ao guardião, doutor. Bem similar ao guardião.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como é que funciona esse guardião? O que ele grava ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Vamos lá, pessoal, ainda têm 4 pessoas para falar. Por favor, desculpa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso é importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Eu sei. Mas têm 4 pessoas para falar.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Era um guardião.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Era o guardião, e não o aranha. Mas depois a gente pode perguntar esses detalhes, Deputada Laura. Bom, mas para mim não está claro ainda o porquê ficaram 2 meses sem ter gravação de nada.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foi um problema puramente administrativo, doutora, da seguinte forma: nós não sabíamos... Eu não sei agora se a reunião, efetivamente, houve, e não sei — não me recordo, pode ser que esteja no processo, seria facilmente verificável — se eles marcaram um dia. Eu não lembro. Não é que não foi. Eu não me lembro. Mas nós tínhamos um período de distância entre o que era gravado efetivamente e o que nós ouvíamos. Então, acontecia de gravar hoje...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A reunião, eu entendi. Eu entendi o porquê que vocês não chegaram a detectar, exatamente.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Pois é.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas a pergunta que eu fiz agora é sobre esses 2 meses.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Os 2 meses. Aí, nós tínhamos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que foi a pergunta insistente do Juiz Ali, mas não para os senhores.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Aí é que está. Ele também não entendia. Ele não conseguiu entender como nós não tínhamos feito aqueles dias de gravação. Ele não entendia. E nós tentamos explicar para ele isso: que foi problema



administrativo. Nós tínhamos 17 pessoas, nós tínhamos uma outra organização que nós estávamos com bem mais consistência, abrindo o trabalho na Polícia Civil de São Paulo, havia uma organização da Polícia Rodoviária Federal que nós estávamos também bastante consistentes, era muito trabalho e pouca gente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que era a do Lobão?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Era. A do Lobão, da PRF, no Rio, e a Polícia Civil de São Paulo. Era muita coisa. Em determinado momento, que foi justamente esse período, nós paramos de baixar as conversas, demorou um prazo, e depois passamos novamente a justificar, fazer os relatórios. Nós, às vezes, vínhamos para Brasília para: "*Olha, vamos centrar e vamos fazer os relatórios...*" Foi um problema administrativo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, os senhores pararam de baixar as conversas, mas as gravações desses meses, elas existem?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, elas não existem, porque justamente acabou a autorização do juiz nesse período.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E aí vocês não..., como havia outros trabalhos sendo feitos pela mesma equipe das 17 pessoas, aí vocês acabaram...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Passou, foi um erro...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... priorizando. Quantos juizes...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foi um erro administrativo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O grupo todo eram 17 pessoas.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Há, há.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quantos trabalhavam no caso Lobão, especificamente, dos 17?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Dividimos... Cinco ou 6 pessoas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Para o caso Lobão?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O caso Lobão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E para o caso Ari?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Duas, 3 pessoas.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Era bem menor o número?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Bem menor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Por quê? Pela quantidade do número de pessoas grampeadas?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Porque a consistência do que estava realmente sendo produzido para o caso Lobão estava muito mais firme. A conta não bate em 17, porque existiam pessoas que não estavam... O grupo autorizado pelo Ministro eram 17, mas essas pessoas não ficavam efetivamente lá, à disposição. Teve gente que nem foi.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Além de policiais rodoviários federais, havia outros técnicos da Polícia Federal ou de outro órgão também envolvidos, ou eram só policiais rodoviários federais?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, senhora. Só policiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, só mais... O Dr. Derene, durante esse tempo, que é o superior dos senhores... Eu acho o que o senhor relatou aqui é muito grave. Não sei se é verdade. Temos de apurar. O dever desta CPI é apurar qual é a verdade nesse relato do Juiz Ali Mazloum para os senhores de que o diretor do Departamento da Polícia Federal do Brasil havia ligado a ele, dito a ele que ele estava grampeado. Houve, nesse período, algum contato direto do Dr. Derene, direto ou indireto, com os senhores que estavam à disposição para esse trabalho? Contato direto ou indireto?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Para tratar do caso, não. Eu me lembro de ter falado com... Não me lembro a data, agora, se foi antes ou se foi depois, agora, realmente eu fiquei sem saber, na dúvida. Mas eu falei com ele uma vez ou outra; perguntar..., pedir viatura, entregar documento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele nunca perguntou sobre o caso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nunca perguntou?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque também tivemos conhecimento de que em determinado momento ele não queria..., que chegou a questionar a utilidade dos senhores nesse trabalho. Ele chegou a pedir, ou não pedir, temos cópia do documento, mas chegou a insinuar algo ao Ministro de que os senhores estavam saindo muito caro; para que fossem...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, eu também...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... devolvidos. Tivemos acesso a isso.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu também soube disso, mas para mim, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, para que eu possa concluir... Acho que tem alguma coisa em branco, alguma nuvem também em relação à Procuradora Karen. O senhor disse que, da primeira vez que o Juiz Ali Mazloun ligou para o senhor, ele teria dito que conseguiu o número do seu telefone com a Procuradora Karen.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E qual era ligação mesmo do juiz com a Procuradora Karen?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ela é uma procuradora criminal e funciona na vara, na 7ª Vara.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Isso eu sei. Isso o senhor disse. Mas que ligação, além dessa, têm eles? Porque da outra vez o senhor cobrado do juiz porque teria ido conversar com a Dra. Karen a respeito da conversa. Quem teria dito ao juiz sobre a conversa?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Teria sido a Dra. Karen?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque a partir daí, pelo que nós percebemos, os senhores também deixaram de procurar a Dra. Karen?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Podemos ouvir a Dra. Karen.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Devemos ouvir a Dra. Karen. Porque daí os senhores só passaram a procurar o Dr. Schelb diretamente ou o Dr. Sílvio e não mais a Dra. Karen.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade, ela era bastante, assim, positiva e..., então ela... Não sei, podia ter questionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Olha, eu quero avisar que ainda tem 4 Deputados inscritos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Estou acabando. Não, eu sei. É a última. Quando o senhor assinou aquele negócio de perito *ad hoc*? Para que trabalho o senhor estava sendo nomeado perito *ad hoc*? Para que processo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Para o processo do Ari Natalino. Para ser perito, fazer relatórios e apresentar...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor acha que isso foi mais uma forma de intimidação? Porque o senhor respondeu à Deputada Laura, e eu concordo com o senhor, acho que ele não poderia lhe colocar à disposição sem falar com os seus superiores, não é? Podem nomear *ad hoc*, mas geralmente as pessoas são nomeadas *ad hoc* para um determinado trabalho, naquele momento, naquele local, que tem início, meio e fim logo, imediatamente. Mas o senhor era para funcionar no... O senhor acha que isso foi também foi uma ameaça, uma forma de ameaça de colocá-lo sob sua guarda, de procurar neutralizá-lo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Acho que mostrar que ele podia nos controlar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas isso tudo não aconteceu já no finalzinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputada, quero chamar a atenção. Temos 4 pessoas inscritas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas é importante, Sr. Presidente. No início do mês do mês de outubro? Isso não foi no início do mês de outubro?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foi no início do mês de outubro.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E para que ele queria isso no início do mês de outubro, se o trabalho dos senhores já tinha sido encerrado em setembro? Por que o senhor acha?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Deputada, não tenho idéia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente.

O PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigada, Deputada Vanessa Grazziotin. Ainda há 4 pessoas inscritas. Deputado Júlio Lopes, por favor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados membros desta audiência, gostaria que o senhor dissesse aos membros desta audiência se o senhor se sentiu ameaçado. Porque o senhor disse que o juiz lhe disse por 5 vezes que o senhor deveria saber que a corda sempre estoura para o lado mais fraco. O senhor se sentiu, então, ameaçado pelo juiz?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Constrangido, certamente que sim. Bastante constrangido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Ameaçado... constrangido significa ameaçado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Por que no meu relatório não coloquei, Deputado, e evitei até agora, tipificar o delito de ameaça. *Lato sensu*, ele certamente me ameaçou. Não sei se o que ele fez tipifica o delito, mas que ele ameaçou: "*Olha, vou lhe prender. A corda sempre arrebenta do lado mais fraco*". Nós nos sentimos todos ameaçados.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Primeiro, o senhor disse que ele, por 5 vezes, lhe constrangeu dizendo que o senhor poderia, como parte mais fraca, receber o resultado de, em sendo a parte mais fraca, a corda estourar para o lado do senhor, não é isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Depois ele diz que iria lhe prender por estar sonhando provas?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Se no primeiro caso, o senhor se considerou constrangido, o senhor, uma autoridade policial fazendo um ato de investigação correta, dentro dos limites da lei e das suas atribuições funcionais,



como o senhor se sentiu diante da ameaça do juiz? Porque aí eu estou dizendo que foi uma ameaça, porque ele não tinha razão nenhuma para lhe prender. Ele sim, estava exorbitando das funções, clara e visivelmente. Ele disse: “*Ou o senhor me passa essas informações ou eu já estou com a ordem de prisão para prendê-lo. E o farei se o senhor não me entregar as suas provas*”. Como é que o senhor se sentiu? Isso era o quê? Era uma ameaça, um constrangimento?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu me senti bastante... ameaçado, humilhado. Fiquei com medo, na verdade. Me senti amedrontado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Sim, o senhor ficou com medo. Mas, no caso, isso é uma ameaça. É um desvio e é exorbitação de função. Neste caso, o juiz cometeu um crime.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ele me ameaçou, certamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Ele cometeu um crime, porque neste caso, como juiz, ele exorbita da competência, foge dos limites funcionais e diz ao senhor que vai lhe prender por não estar entregando aquilo que ele queria, apesar de indevido. Porque o que ele lhe pede é juridicamente indevido, uma vez que o senhor estava subordinado a outra autoridade, à qual o senhor deveria reportar. Não era isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - No caso, o juiz lhe pede um desvio da sua atribuição, porque o senhor tinha atribuição de entregar esse material ao Procurador Schelb e à juíza da 10ª, a doutora...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Juiz da 10ª, o Dr. Clóvis.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - O juiz da 10ª, o Dr. Clóvis. Quer dizer, então, o juiz lhe pede, clara e visivelmente, de forma líquida, que o senhor então entregasse, de forma ilegal, os documentos a ele. É isso? Quando ele diz que ele vai lhe prender.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É isso, exatamente. Perfeito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - A caracterização disso é muito importante, porque — eu não sei se o senhor acompanhou, mas estivemos com o Delegado Gilberto Américo, em São Paulo — o Delegado Gilberto Américo, em São Paulo, disse exatamente o que o senhor está dizendo aos membros desta audiência



pública. Que ele foi chamado pelo juiz, que o ameaçou várias vezes com a mesma citação, dizendo que a corda poderia arrebentar para o lado mais fraco e que, depois, ao não sentir efeito nas suas ameaças, começou a constranger o policial dizendo que o prenderia. E, de fato, o prendeu mais tarde. Quer dizer, ele tem, como característica, exorbitar da função e agir nesse sentido. Quer dizer, por duas vezes e na presença de várias testemunhas, o juiz usou o mesmo procedimento, mandando inclusive prender aquele policial depois. O senhor tomou conhecimento do depoimento do Delegado Gilberto?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu fiquei sabendo que foi mais ou menos nesses termos. Não li, não acompanhei, nem pela imprensa. Eu fiquei sabendo que... Fiquei até... Eu falei... Naquele momento, eu realmente senti que corria um perigo muito grande, porque alguém me falou: "*Olha, o delegado foi lá e, em seu depoimento, disse que foi preso porque ele não entregou*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Júlio...

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Em lendo o depoimento do Dr. Gilberto, o senhor poderia identificar um vício de comportamento do juiz entre o comportamento que ele teve com o senhor e o comportamento que ele teve com aquela autoridade policial?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Se eu lesse o depoimento, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Peço, então, ao Sr. Presidente, que façamos uma outra audiência para que possamos confrontar com o Delegado Wendel o depoimento do Delegado Gilberto Américo, a fim de que possamos identificar o vício de comportamento e exorbitação da função do juiz na ameaça aos dois policiais no exercício das suas funções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito obrigado, Deputado Júlio Lopes. Passo a palavra para o Deputado Sandes Júnior, por favor.

E vamos terminar.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, então, para encerrar, é uma notícia que, pela primeira vez, nos últimos 5 anos, artistas de nome nacional e de grande vendagem de CDs... pela primeira vez, nos últimos 5 anos, pela informação que nós estamos recebendo, o CD, por exemplo, de determinado artista, que seria lançado daqui a 30 dias, já estava pirateado no mercado hoje. Isso não



está ocorrendo... não está tendo reclamação dos grandes artistas brasileiros, este ano, com relação a isso. E a segunda pergunta — é só uma curiosidade que muita gente quer saber, pediu-me que perguntasse — é se é possível, nesse processo, autorizado pela Justiça, em que vocês fizeram essa grande operação... é possível também gravar na operadora... direto, na operadora, esquecendo o “esquema aranha”, que se grava também?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É que essas gravações são feitas, todas elas, na operadora. São feitas na operadora. As gravações são feitas, na verdade, pela operadora, e é repassado para a gente só o arquivo já gravado. Nós recebemos o CD gravado. Quem faz é a operadora.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Isso significa dizer que qualquer conversa de qualquer pessoa, de qualquer cidadão que esteja aqui, ela é automaticamente gravada? Isto é, fornecida quando tem pedido judicial?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Eles só passam a gravar a partir do pedido judicial. Aí, instalam o equipamento para a gravação daquele número específico.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Era só, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado . A última pergunta: você fez... todas as suas gravações eram legais?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Todas eram autorizadas pela Justiça. Todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Você fez, em algum momento, alguma gravação ilegal?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Olha, muito obrigado pelo seu depoimento. O seu depoimento nos enriquece de informações. Não há a menor dúvida de que foi caracterizada uma ameaça a você, Wendel. Então, muito obrigado. Você nos deu pistas de investigação. Nós vamos continuar investigando. E gostaria de, se precisar, contar com a sua presença, está bom? Muito obrigado. Nós vamos continuar a nossa... para votação de 2 requerimentos. Mas eu gostaria que você atendesse, dentro da sua possibilidade, à imprensa, que está com muita vontade de falar com você. Muito obrigado mais uma vez. Você é um exemplo de funcionário



público de que a gente pode se orgulhar. Muito obrigado, Wendel. Está dispensado, por favor. *(Pausa.)* Atenção, Srs. Deputados, requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, que solicita informações. Os Deputados já assinaram, pois está de acordo com a lei. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado por unanimidade. Da Deputada Vanessa Grazziotin outro requerimento que também já foi assinado pelos Deputados. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Do Deputado Rubinelli, também assinado pelos Deputados. Em votação. Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado o requerimento do Deputado Rubinelli, por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente audiência pública. Muito obrigado a todos.